

QUARTA-FEIRA — 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Notas e informações

Olan. Brasil

País à deriva

O ministro Dilson Funaro externou, dias atrás, sua surpresa diante do fato de o presidente do Conselho de Administração da Citicorp haver anunciado a decisão do Citibank de negociar com o Brasil a partir de uma posição de força — quase repetindo, lembra-nos, a política da beira do abismo que caracterizou a gestão de Foster Dulles à frente do Departamento de Estado nos anos 50. A estranheza de Funaro parece inteiramente fora de propósito, uma vez que tal anúncio nada mais é senão reapresentação do filme que s. exa. dirigira e protagonizara desde o lançamento do Plano Cruzado, quando tratou os dirigentes dos bancos credores como meninos de recado.

Hoje, pode compreender-se o porquê da firmeza do alto executivo norte-americano: é que, segundo informações divulgadas pelo *New York Times*, banqueiros estrangeiros no Brasil já consideram que o País está à deriva, ninguém se entendendo no Executivo em Brasília. O pior de tudo isso é que esses banqueiros prevêem difícil rodada de negociações, quando o presidente do Banco Central for a Nova York, levando em sua paleta os discursos patrioteiros do ministro da Fazenda e do próprio presidente da República, e nada mais.

A somia da retórica com o Tesouro vazio de cambiais sempre produziu tristes reversões de expectativas e de políticas. É só olhar para o passado recente e se verá como, a partir da grave crise cambial de 1982, o Itamaraty abandonou seu discurso terceiro-mundista a partir do reconhecimento de que ele soava falso, após a visita do presidente Reagan, trazendo para o presidente Figueiredo o cheque do empréstimo-ponte do Tesouro norte-americano no valor de um bilhão e duzentos milhões de dólares.

Embora o Tesouro brasileiro, em 1987, não tenha chegado a tal situação, não está muito longe dela, entre outras razões porque o triunfalismo que fez parte da rotina diária do Itamaraty acabou por contaminar a Presidência e os ministérios econômicos: depois do lançamento triunfal do Plano

Cruzado, cancelaram-se exportações e autorizaram-se importações sem medir consequências. Agora, como se diz na matéria do *New York Times*, a única coisa que se vê é a confusão geral, sem política e sem plano. É o País à deriva, porque o governo não governa.

É espantosa a capacidade que tem o presidente da República de não atentar para a seriedade da crise econômica, que em breve poderá transformar-se em social, quando a hiperinflação se associar à recessão. A repercussão desse sinistro somatório, hiperinflação mais recessão, sobre as instituições não parece preocupar o chefe do Executivo; mais importante, para s. exa., é conseguir nomear seu líder na Constituinte, vencendo resistências no seio de seu partido. Tudo, para o presidente da República, se resume à política — para ele, a economia e a crise social não são problemas de sua alçada. Os ministros econômicos — dir-se-ia que assim raciocina s. exa. — deram um nó na economia e agora eles é que devem incumbir-se de resolver os problemas que criaram. Ora, essa atitude, que os fatos fazem parecer verdadeira, apenas agrava a credibilidade do governo brasileiro no Exterior, solapa a autoridade do Estado perante a opinião pública brasileira e permite que se alimente a sensação de que o País está sem quem o dirija com pulso firme nessa conjuntura difícil — a menos que se queira supor, o que é absurdo, que aquele comitê montado por ocasião da greve geral e integrado pelos generais-ministros e pelo ministro da Justiça funcione permanentemente.

Ao contrário do que o presidente da República possa pensar, a crise não é política. Ela é política também, e poderá transformar-se em institucional se o Executivo persistir em cuidar dela como se sua solução residisse neste ou naquele acordo com os ritas da Assembléia Nacional Constituinte. A crise é fundamentalmente econômica e poderá vir a ser social. A crise é política, sim, na medida em que nem empre-

sários nem trabalhadores confiam mais no governo, por não saber qual é sua política econômica. Os investimentos retraíram-se — pelo menos não se investe mais no ritmo que possibilita dar emprego para todos; os programas sociais que o governo estabeleceu não atingem quantos estão na condição definida como de "miséria absoluta"; há sinais evidentes de que a recessão poderá estar em início. A tudo o Planalto assiste sobranceiro, como se esses problemas não lhe dissessem respeito, mas sim ao ministro da Fazenda e ao do Planejamento; e as crises sociais, ao ministro do Trabalho.

Ora, todos sabem que não é assim. Todos têm consciência de que a popularidade do presidente atingiu níveis baixos, mas todos sabem, igualmente, que se s. exa. se dispuser a agir, colocando no comando da política econômica e no Ministério do Trabalho quem inspire confiança a todos os que produzem, poderá recuperar-se. Não se admite, isto sim, que tomado por abulia ou fastio diante de problemas de solução aparentemente difícil o presidente da República permita que se diga, lá fora, que o País está à deriva. O comandante do navio é o sr. José Sarney, seria o caso de lembrar — e de acordo com os velhos marinheiros, deverá ser o último a abandonar o barco quando for a pique, se estiver à deriva, por não ter quem contenha a marujá e saiba dar as ordens necessárias e evitar os escolhos que se erguem à frente, e aos bordos.

Um país à deriva não consegue dinheiro novo no Exterior. Poderá, no máximo, contar com a caridade interessada dos banqueiros. Será essa postura a que atende aos reclamos do pendor nacional, ou, pelo contrário, a disposição correta será rever o curso da economia e das finanças, romper as amarras que prendem o Executivo à oligarquia e realizar política de austeridade que terá, sem dúvida alguma, a solidariedade do centro-democrático, que forma a maioria na Assembléia Nacional Constituinte?